



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### CARTA DE FORTALEZA

#### **Contra o retrocesso, reforçar o jornalismo como instrumento de denúncia e resistência**

A cena política e social brasileira em 2019 exige de cada cidadã e cidadão a soma de seus esforços para, coletivamente, realizarmos o enfrentamento contra um governo que tem como premissas o ataque aos direitos sociais e trabalhistas, a incitação ao ódio e à violência, o desmonte das instituições públicas de ensino, o menosprezo pelos direitos humanos, o corte de verbas em setores fundamentais e a venda do patrimônio nacional aos estrangeiros como objetivo dessas ações.

Diante deste cenário devastador para toda a população brasileira, especialmente para as trabalhadoras e trabalhadores, nós, jornalistas de todo o país, reunidos em Fortaleza (CE), de 22 a 24 de agosto de 2019, no 38º Congresso Nacional dos Jornalistas, reafirmamos nosso compromisso com o jornalismo, com fundamento na ética e nos princípios básicos da profissão, como instrumento de denúncia, resistência e estabelecimento da verdade. É na apuração, checagem, edição e divulgação pública, práticas jornalísticas ancoradas no direito constitucional ao sigilo de fonte, que a profissão de jornalista assume um protagonismo na atual conjuntura, ao denunciar um governo responsável por retrocessos até há pouco tempo inimagináveis.

Os avanços sociais e democráticos obtidos nos últimos anos são agora fortemente ameaçados, e a situação se agrava a cada dia de gestão do atual governo, ultraliberal e entreguista na economia, e retrógrado e incitador à violência contra minorias na área social. A destruição em regra promovida pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) se espalha nos anúncios de privatizações, nas medidas para a precarização das condições de trabalho, no desmonte de políticas sociais, nos cortes orçamentários em saúde e educação e na brutal destruição da Seguridade Social, incluídos o acesso à saúde, à assistência social e à Previdência Pública – alvos da PEC 6/2019, agora em tramitação no Senado. Pelo presente e o futuro do povo brasileiro, tudo isso não pode continuar!

Enquanto trabalhadores, nós jornalistas sofremos ataques diários, pessoais em agressões verbais proferidas pelo próprio presidente da República, presencialmente, durante entrevistas, ou por meio das redes sociais. A agressão ao profissional jornalista se materializa também em declarações desqualificadas de Bolsonaro, que questiona a forma de se construir a notícia ou de garantir o direito universal da população à informação e à liberdade de expressão.

O governo federal tem ainda se dedicado a ameaçar veículos de comunicação, e, passando das palavras aos atos, usa medidas provisórias para sufocar ainda mais o já difícil financiamento da produção de notícias. Mostra-se assim inimigo aberto da imprensa no Brasil. Diante desse contexto, é nosso papel defender o jornalismo, trabalhar para garantir o direito dos brasileiros à informação de interesse público e denunciar os ataques do governo à liberdade de imprensa e ao exercício da profissão. Como instrumentos de defesa dos direitos ameaçados, as entidades sindicais tornam-se alvo neste momento. Portanto, é preciso fortalecer a nossa Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e seus sindicatos filiados, órgãos essenciais de representação da categoria, e incentivar a sindicalização maciça dos profissionais.

Neste Congresso, a FENAJ assume o posicionamento pelo fim o quanto antes do governo Bolsonaro. A nossa federação irá propor a entidades do campo democrático popular a articulação de um movimento com esse objetivo. Trata-se de uma condição para restabelecer a democracia, cuja fragilidade também é simbolizada pela prisão política do ex-presidente Lula. Por esse motivo, a FENAJ se posiciona por Lula Livre!



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

Nós, jornalistas, integramos as lutas gerais da sociedade civil organizada, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais centrais sindicais, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, movimentos populares e estudantis. Com eles, enfrentamos as profundas mudanças no mundo do trabalho, a precarização agravada com a reforma trabalhista, e nos somamos às lutas por direitos básicos como moradia, saúde e educação.

A resposta ao país, e a todas e todos que escolheram essa profissão, não deve ser outra: é continuar acreditando na função social de reportar, no acesso à informação como motor das transformações sociais, é lutar pelo pleno estabelecimento de um Estado democrático de direito, em que as instituições funcionem a serviço da vontade e dos interesses da maioria do povo.

Os jornalistas brasileiros defendem a comunicação pública e se posicionam contra os ataques à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), antes responsável por pautar e visibilizar políticas públicas, e que corre risco de extinção, junto com os postos de seus profissionais jornalistas, sob uma gestão institucional gerenciada pela militarização, distorcendo sua efetiva atribuição constitucional.

Nós, jornalistas brasileiros, reafirmamos nossa defesa intransigente da democratização da comunicação, necessária para quebrar o monopólio midiático, concentrado em poucas mãos, e reverter seu papel partidário e antidemocrático. Buscamos também o fortalecimento das mídias regionais e alternativas, necessário para enfrentar os desertos de notícias que afetam parte da população brasileira.

Defender a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a comunicação pública, as políticas sociais, a previdência, a saúde, a educação, a democracia e a justiça social são pautas que norteiam a organização sindical e nos convocam a reforçar a nossa luta.

Fortaleza, 24 de agosto de 2019

**38º Congresso Nacional dos Jornalistas**



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:  
**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### Tese nº 1

#### **Conjuntura de desmonte do Estado e de destruição do tecido sócio-político brasileiro exige oposição radical**

As aparências enganam. O (des)governo de Jair Bolsonaro não é um governo de histriônicos e malucos, apesar de alguns – entre eles o próprio presidente – representarem bem esse papel. O (des)governo Bolsonaro tem um projeto definido de desnacionalização das riquezas brasileiras, que requer o desmonte do Estado e a destruição do tecido sócio-político nacional.

O sistema de produção capitalista passa por uma profunda crise. A tecnologia, em ritmo acelerado, altera os meios de produção e as relações humanas e de trabalho. O sistema financeiro ocupa de vez o centro do acúmulo de capital, se sobrepondo e reorganizando o sistema produtivo e a alterando a estrutura patrimonial, com alta concentração de propriedade. Isso altera o modo de organização dos Estados e das instituições estabelecidas, o que, por sua vez, necessita de um outro modelo político, que se mostra cada vez mais incompatível com a democracia. É nesse contexto que devemos avaliar a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República do Brasil.

Inserido no contexto global de expansão da ultradireita a serviço do capital transnacional, o (des)governo Bolsonaro não é um governo do povo brasileiro (mesmo tendo sido eleito) para o povo brasileiro. Todas as medidas tomadas desde 1º de janeiro (e antes disso com Michel Temer), evidenciam o projeto entreguista das riquezas nacionais às grandes corporações internacionais, comandadas pelos Estados Unidos.

Para a efetivação desse projeto que, na essência é econômico, é preciso também alterar o tecido sócio-político-cultural e ambiental. E o (des)governo Bolsonaro também tem sido pródigo nas medidas de desmantelamento dos direitos conquistados pela sociedade brasileira após a redemocratização e que constituíam a base de uma república em busca de sua constituição politicamente democrática e socialmente justa.

Mas é preciso lembrar que esse (des)governo é fruto do golpe político-jurídico-midiático de 2016, que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente. Com o golpe – que não foi avaliado e enfrentado suficientemente pelas forças democráticas – criaram-se as condições para novos ataques à democracia e ao Estado de Direito.

A deposição de Dilma e a ascensão de seu vice, Michel Temer, um dos articuladores do golpe, abriram caminho para a retomada da agenda neoliberal, implantada nos anos 1990. Já com Temer iniciou-se o desmonte do Estado brasileiro e a retirada de direitos dos trabalhadores. Foi aprovada a lei da terceirização, abrindo o caminho para a desregulamentação das relações de trabalho. Em seguida, veio a contrarreforma trabalhista, que jogou por terra os direitos conquistados pela classe trabalhadora desde a década de 1940.

Mas os ataques não foram somente contra a classe trabalhadora. O governo Temer também se encarregou de intensificar a desnacionalização das riquezas brasileiras, abrindo ao capital internacional a exploração do petróleo do pré-sal, facilitando a aquisição de grandes glebas de terras por estrangeiros e entregando a indústria naval e aeronáutica ao capital internacional.

Neste cenário, a eleição presidencial de 2018 foi marcada pela atuação partidária do Poder Judiciário, ao impedir a candidatura do ex-presidente Lula, que era o favorito da maioria da população, e ao fazer vistas grossas às irregularidades que favoreciam a manipulação do pleito, como a disseminação em massa de informações fraudulentas financiada por dinheiro ilegal de empresas. O resultado foi a vitória do representante da ultradireita, Jair Bolsonaro.





# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

Desde a posse, Bolsonaro escandaliza o país e o mundo com declarações que não cabem a um chefe de Estado, como a defesa de favorecimento ao seu filho, prestes a ser nomeado embaixador nos Estados Unidos. Igualmente escandalizam as ações de Bolsonaro que, claramente, buscam servir aos interesses das grandes corporações privadas na América Latina.

Com um discurso falsamente nacionalista, ele assumiu o programa do economista Paulo Guedes, radicalmente entreguista. Além da liquidação das principais empresas públicas, como a Petrobrás (que está vendendo ativos) e a Eletrobrás, correm sérios riscos as universidades (com a proposta intitulada Future-se que, na prática, retira o financiamento público das universidades) e a previdência pública (com a reforma que está sendo votada no Congresso Nacional).

Se na economia o atual governo é a expressão do ultraneoliberalismo, que impõe aos países periféricos a condição de subalternidade, na política é ultraconservador e neofascista, fazendo uma gestão patrimonialista, a serviço de grupos, incluindo os religiosos neopentecostais. A nova constituição do Congresso Nacional, majoritariamente conservadora, não faz frente ao Executivo, contribuindo para que o país ande para trás.

Várias medidas do governo são indicativos do retrocesso: fim dos ministérios da Cultura, do Esporte e do Trabalho; demarcação de terras indígenas e quilombolas nas mãos do Ministério da Agricultura (chefiado por um membro da União Democrática Ruralista – UDR); retirada da população LGBTI+ das políticas de direitos humanos; autorização para não diplomatas exercerem cargos de chefia no Itamaraty; reajuste do salário mínimo menor do que o previsto; e, mais recentemente, a suspensão de fabricação de vários medicamentos de uso contínuo de distribuição gratuita pelo SUS, corte de verbas na Educação.

### **Liberdade de expressão e de imprensa**

O retrocesso imposto pelo governo atinge também os órgãos de ciência, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelo monitoramento do desmatamento da Amazônia e de outros biomas, que têm sido atacados pelo presidente.

Igualmente, as liberdades de expressão e de imprensa estão ameaçadas. Bolsonaro quer retomar a censura governamental sobre obras de artes, notadamente o cinema nacional, cujo fomento é feito pela Ancine. Para avaliar previamente os conteúdos, quer tirar da Ancine o Fundo Setorial do Audiovisual, transferindo-o para o Ministério da Cidadania.

Em relação à comunicação, em especial ao Jornalismo, o presidente e seus seguidores têm feito de jornalistas e de veículos de comunicação alvos constantes de críticas e ameaças. Seus apoiadores (eles ainda existem!) utilizam as redes sociais para intimidar os profissionais que, cumprindo seu dever de informar à população, noticiam ações do governo que, invariavelmente, são contra a população brasileira.

O (des)governo Bolsonaro também continua e aprofunda o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), iniciado por Temer. O incipiente sistema público de comunicação – essencial para a contraposição ao sistema privado – pode sucumbir em vez de se consolidar.

A mídia hegemônica, assim como foi essencial para o golpe de 2016 e para a eleição de Bolsonaro, continua “parceira” do projeto em curso, não levando à sociedade as informações necessárias à constituição de juízos críticos, que permitam uma reação à altura do projeto em andamento.

Os movimentos populares estão sob ataque, e o movimento sindical luta para garantir sua sobrevivência, o que exige das entidades sindicais serem instrumentos de defesa dos direitos e das



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

condições de vida dos trabalhadores. É preciso construir uma resistência – incluindo movimentos populares, entidades sindicais e partidos políticos – que dê conta de barrar o projeto em curso.

Em defesa do Estado brasileiro e de seu povo.

Em defesa da democracia e do Estado de Direito.

Em defesa das liberdades de expressão e de imprensa.

Em defesa do Jornalismo e dos jornalistas

### **Propostas para a atuação da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas**

1 – A FENAJ pronuncia-se pelo fim do governo Bolsonaro, condição para o restabelecimento da democracia no país, e proporá a entidades do campo democrático a criação de movimento nacional com esse objetivo.

2 – Aproximar e integrar as lutas gerais da sociedade civil organizada, por meio da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual a FENAJ é filiada, e outros movimentos unitários do campo sindical e popular.

3 – Adotar posicionamento firme em defesa da previdência pública, contra as reformas de Bolsonaro. Organizar os jornalistas para se somarem às mobilizações do movimento sindical para barrar a reforma da Previdência.

4 – Promover campanha permanente em defesa das liberdades de imprensa e de expressão, com divulgação cotidiana das violações desses direitos. Defesa intransigente e permanente do exercício do jornalismo e dos jornalistas, contra agressões, ameaças e tentativas de intimidação, que se ampliaram nos últimos meses, e são uma séria ameaça no atual cenário institucional e político.

5 – Defender as empresas de comunicação do setor público: da EBC (diretamente ameaçada pelo novo governo), as rádios e TVs estatais e a manutenção das imprensas oficiais, com articulação, junto aos sindicatos, de ações jurídicas em defesa dos veículos.

6 – Manter a luta pela democracia na comunicação com fortalecimento da atuação dos sindicatos nos comitês locais do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e maior inserção da FENAJ nas pautas e ações do Fórum.

7 – Repudiar os projetos de lei 881/2019 e PL-882/2019, bem como o projeto de lei complementar 38/2019, que formam o “pacote anticrime”, que, entre outras aberrações, traz uma visão punitivista e o encarceramento em massa, além da banalização do excludente de ilicitude (licença para matar) e a militarização da sociedade.

8 – Combater as tentativas de criminalização dos movimentos sociais.

9 – A FENAJ deve empreender esforços no sentido de formar uma Comissão de Defesa do Exercício Profissional do Jornalista, reunindo FENAJ, ABI, OAB e Sindicatos de Jornalistas, para dar apoio jurídico aos jornalistas alvos de perseguições e processos motivados por sua atuação profissional.

10 – O 38º Congresso Nacional dos Jornalistas reafirma a posição a favor da liberdade imediata para o ex-presidente Lula, expressa pela FENAJ em moção apresentada e aprovada no Congresso da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ). Em defesa da democracia e da justiça no Brasil, Lula Livre!



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:  
**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### Tese nº 2

#### **Organização sindical dos Jornalistas: fortalecer FENAJ e Sindicatos**

O movimento sindical, ao longo do século 20, moveu-se basicamente entre dois campos; o institucional, espaço de negociação junto ao capital e de prestação de serviços aos seus associados (assistência jurídica, saúde, cursos etc.) e o político/coletivo, voltado para mudanças sociais mais profundas.

Isso fez e faz do sindicalismo um agente histórico dinâmico, que reflete e atua sobre a realidade econômica de seu tempo. Portanto, o movimento sindical conhece períodos de avanço e de refluxos em sua luta cotidiana.

O atual momento histórico não é somente de retrocesso político (fruto do golpe que atingiu o Brasil) como também de mudanças tecnológicas no sistema produtivo (que causam impacto negativo no sistema de trabalho e emprego) e de avanço do capital financeiro sobre o capital produtivo.

Não por acaso alguns analistas já denominam nosso tempo como sendo de uma nova revolução tecnológica-industrial, baseada na desregulação do trabalho. Para obter sucesso em sua empreitada, o capital precisa realizar dois movimentos: quebrar o poder de reação dos trabalhadores, enfraquecendo seus sindicatos, e fortalecer a cultura de individualismo, o que se dá não apenas por meio da fantasia do empreendedorismo, mas também da emergência de pautas comportamentais em detrimento das políticas e econômicas.

Por mais difícil que seja apreender o processo de mudança em meio ao seu curso, uma certeza começa a se formar entre os trabalhadores: a de que o atual modelo sindical brasileiro, com sua grande fragmentação, não é o mais eficaz para enfrentar a complexidade do momento político que atravessamos.

As crises sistêmicas do modo de produção capitalista exigem mudanças no sistema produtivo e, invariavelmente, desencadeiam aumento da concentração da renda e propriedade e mais exploração do trabalho. Na atual crise, o capital promove a desestruturação do sistema de regulação do trabalho. No Brasil, as conquistas da classe trabalhadora, reunidas na CLT, estão sendo destruídas e as novas formas de contratação colocam o/a trabalhador/a na condição de precariado.

No limite, o que está em jogo é destruição do papel do Estado como regulador democrático do sistema produtivo e sua substituição por um modelo econômico ultraliberal, rentista e entreguista, no qual a função do Estado é apenas a de propiciar as melhores condições para a reprodução e acumulação do capital, sem qualquer medida de conciliação entre capital e trabalho.

A tarefa sindical imediata é a de resistência para defender os direitos conquistados e estabelecer uma nova dinâmica na organização sindical. Trata-se de agir com ousadia e criatividade para recolocar os/as trabalhadores/as na ofensiva contra o novo modelo de exploração. É preciso pensar as novas formas de organização sindical e atuar de maneira a fazer frente à ofensiva do capital e incidir para frear o desmonte social em curso.

O grande desafio é fortalecer os sindicatos, a federação e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), central à qual a FENAJ é filiada, para resistir aos ataques de criminalização do movimento sindical e às medidas impostas pela antirreforma trabalhista, comprometendo inclusive a sobrevivência financeira das entidades, com o fim abrupto do imposto sindical. Um cenário desafiador, que exige resistência diária de sindicatos e federação para a ampliação significativa do número de sindicalizados e uma grande disposição para conscientizar a categoria, ainda formada por parte de jornalistas que não se identificam como classe trabalhadora.





# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

Os Sindicatos de Jornalistas, como entidades sindicais de base, precisam atrair filiados e precisam convencer, inclusive, cerca de 40% dos trabalhadores/as que estão em situações precarizadas. Para isso é preciso implementar ações de defesa da categoria para além das negociações coletivas, estas mesmas cada dia mais difíceis e com menos resultados.

Entre essas ações, merecem destaque a defesa da liberdade de imprensa e da segurança dos jornalistas; a luta contra os assédios moral e sexual, presentes nas mais diversas relações de trabalho; a formação política e profissional continuada; e a disseminação da cultura da ética no Jornalismo.

Com exceção de uma pequena elite do Jornalismo, a categoria sofreu um severo processo de pauperização nas duas últimas décadas e, a partir dos anos 2010, passou a sofrer também com o desemprego, consequência da redução dos postos de trabalho, notadamente com a diminuição das redações tradicionais e o fechamento de veículos de mídia.

Pauperizada e precarizada, a categoria dos jornalistas precisa fortalecer-se e não há outro caminho que a organização coletiva. Para isso, é preciso reconhecer-se como parte da classe trabalhadora para fortalecer suas entidades representativas para o enfrentamento das lutas específicas e também incluir-se nas lutas prioritárias da classe trabalhadora em geral.

### **Propostas de ações para a FENAJ e Sindicatos de Jornalistas**

1 – Aproximar e integrar as lutas gerais da CUT, que vem elaborando um calendário unificado de ações com outras centrais sindicais. Participar ativa e rotineiramente dos debates internos e organizativos da CUT, como federação filiada e com o papel relevante de ajudar a construir a estratégia de resistência nesses tempos de retrocesso, inclusive para fortalecer a organização do ramo.

2 – Atuar conjuntamente com os movimentos sociais, promovendo e participando de fóruns, debates, conselhos.

3 – Fortalecer a FENAJ como entidade nacional, do ponto de vista político (com engajamento das campanhas e ações propostas, difusão do trabalho realizado pela Federação) e também financeiro (os Sindicatos de Jornalistas devem contribuir com sua Federação, de acordo com o Estatuto, e também auxiliar em campanhas que visem arrecadação).

4 – Promover o compartilhamento entre os Sindicatos dos Jornalistas de materiais, ações e projetos, sob a coordenação da FENAJ. A Federação deve acompanhar/monitorar as campanhas salariais dos sindicatos, integrando e fortalecendo a luta dos jornalistas. Os sindicatos devem enviar informações atualizadas sobre o andamento e o resultado das negociações.

5 – Buscar a unificação das lutas comuns das categorias da comunicação (jornalistas, gráficos, publicitários, radialistas etc.) para enfrentar os novos desafios.

6 – Intensificar, por parte dos Sindicatos, campanha de sindicalização permanente, com visitas aos locais de trabalho e utilização de redes sociais. Sindicalização de todos/as jornalistas com registro profissional.

7 – Sindicatos deve buscar a adequação dos valores das mensalidades sindicais para alargar a base de sustentação. Em alguns estatutos, já é assegurada a isenção temporária da mensalidade para o trabalhador desempregado. FENAJ deve coordenar levantamento sobre formas de contribuição adotadas pelos sindicatos. Sindicatos devem implementar novas estratégias de arrecadação para além do desconto em folha, como pagamentos por meio de ferramentas digitais.

8 – Implementar formas alternativas de financiamento do movimento sindical dos jornalistas. FENAJ e Sindicatos devem desenvolver publicações, manuais, produtos, cursos online rápidos e outros que possam ser via de entrada de recursos nos sindicatos e meio de incidência na base.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

- 9 – Aprofundar a democracia nas estruturas sindicais e decisões coletivas, com assembleias por locais de trabalho (onde for possível, e sem interferência dos prepostos patronais), plebiscitos, consultas e fóruns (presenciais ou online), a fim de garantir que a categoria seja efetivamente participante e responsável pelas campanhas salariais e negociações coletivas.
- 10 – Buscar a interiorização das atividades e estruturas sindicais. Trabalhadores da Comunicação, sobretudo no radiojornalismo, sites e portais, estão fora dos grandes centros e altamente desprotegidos em matéria de representatividade e direitos.
- 11 – Buscar, por parte dos Sindicatos, a ampliação da pré-sindicalização de estudantes, com palestras sobre direitos e mercado de trabalho nas universidades (Semanas de Jornalismo ou Comunicação, aulas inaugurais e outros eventos). A gênese do pensamento neoliberal na categoria precisa ser combatida exatamente entre os profissionais em formação.
- 12 – Buscar o fortalecimento e a modernização da comunicação sindical, como alicerce para o convencimento da necessidade de sindicalização e atuação plena dos jornalistas aliados às suas entidades de classe. A FENAJ organizará uma rede de comunicação sindical entre os sindicatos filiados, com indicação dos nomes de jornalistas/diretores responsáveis pela produção e divulgação das informações sindicais de suas entidades nos estados e municípios.
- 13 – Buscar a atualização e o aperfeiçoamento jurídico dos dirigentes sindicais e departamentos jurídicos para se apoiar no arcabouço legal de direitos. Mesmo com o ataque amplo à CLT, é necessário nivelamento do conhecimento jurídico, sobretudo o que encontra respaldo legal para ser garantido.
- 14 – Promover a formação política da categoria e da qualificação técnica, por meio de eventos e cursos, e criação de programas de formação sindical para novos dirigentes. FENAJ e sindicatos devem buscar parcerias também com a Escola Nacional de Formação da CUT e com a Fundação Perseu Abramo, entidades reconhecidas pelos cursos de formação sindical e de aperfeiçoamento profissional.
- 15 – Ampliar, por parte da FENAJ, da atuação sindical internacional, com maior aproximação das organizações sindicais internacionais, para a obtenção de apoios, parcerias e convênios para a defesa do jornalismo e dos jornalistas brasileiros.
- 16 – Criar uma política visando a construção da memória das lutas sindicais realizadas pela Federação e Sindicatos de Jornalistas.
- 17 – Buscar a difusão e a valorização do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, coordenada pela Comissão Nacional de Ética, em articulação com as comissões locais.
- 18 – os sindicatos devem ser instrumentos de organização da categoria para defender seus direitos trabalhistas, suas convenções e acordos coletivos. É preciso também reinventar e reforçar a comunicação com a categoria, intensificar a organização nos locais de trabalho e investir em campanhas permanentes de sindicalização e fidelização dos jornalistas sindicalizados, com foco também na pré-sindicalização de estudantes de jornalismo, além de ampliar a atuação sindical e as ações em defesa da categoria.
- 19 – A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral, atualizará informações sobre convenções coletivas de trabalho e acordos de sindicatos para embasar a análise da possibilidade de estabelecer negociação coletiva de trabalho nacional, o piso salarial nacional e a unificação da data-base em 1º de maio.
- 20 – Intensificar o combate às entidades sem legitimidade para representar os jornalistas nos níveis municipal, estadual e nacional.





# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

- 21 – A FENAJ deve se filiar ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), a partir de uma avaliação das condições financeiras para essa adesão, com o objetivo de garantir assessoria qualificada nas negociações coletivas e nos estudos de perfil, trabalho e renda dos jornalistas profissionais.
- 22 – A FENAJ lançará uma Campanha Nacional de Valorização da Carteira de Identidade dos Jornalistas, com apoio dos sindicatos e com ampla divulgação.
- 23 – Aprofundar a discussão sobre a unificação das categorias do campo da comunicação social (jornalistas, gráficos, publicitários, relações públicas, radialistas etc.) para enfrentar os novos desafios.
- 24 – Incentivar a criação, onde não exista, e o fortalecimento das Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) já existentes com realização de atividades específicas para promover o debate sobre o racismo no ambiente de trabalho e na sociedade e a luta antirracista.
- 25 – Incentivar a criação, onde não exista, e o fortalecimento de Coletivos de Mulheres Jornalistas e Jornalistas LGBTQs para promover debates, ação e inserção na sociedade sobre pautas específicas de luta contra o machismo, a misoginia, a lgbtfobia nos espaços de trabalho e na sociedade para ampliar a luta no combate a todas as formas de opressão.
- 26 – Incentivar a criação onde não exista e o fortalecimento dos coletivos já existentes para organização e mobilização específica dos e das jornalistas em assessoria de imprensa.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:  
**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### Tese nº 3

#### **O jornalismo na atualidade: retomar credibilidade e garantir financiamento são os grandes desafios**

As transformações estruturais do Jornalismo são fenômenos que desafiam as análises e, embora estejam em curso, exigem respostas imediatas para os problemas e as lacunas gerados. É certo que os apocalípticos, com suas previsões apressadas do fim do Jornalismo, estavam errados. Mas também é certo que as mudanças decorrentes das inovações tecnológicas afetaram a produção jornalística e seu modelo de negócios predominante.

No Brasil e na maioria dos países do Ocidente, o modelo de negócios da produção e comercialização de notícias assentado na publicidade entrou em crise com a pulverização das plataformas, ocorrida depois do advento da internet. A rede mundial de computadores, além de possibilitar o surgimento de novos atores no mercado da comunicação – de gigantes como o Google e Facebook a um incontável número de sites – disseminou a cultura do acesso gratuito aos conteúdos circulantes.

A entrada no país das empresas multinacionais de tecnologia, sobretudo as norte-americanas Google e Facebook, atinge diretamente a sobrevivência das empresas brasileiras de comunicação. Pela lei em vigor, as empresas de comunicação no país têm de ser de propriedade (ao menos 70% de seu capital) de brasileiros. Google e Facebook são consideradas legalmente empresas de tecnologia, mas passaram a controlar o ambiente no qual circula o grosso da informação jornalística, da qual se apropriam praticamente sem pagamento. Com isso, minam as empresas jornalísticas em seus dois tripés de faturamento: as receitas de circulação (venda avulsa e assinaturas), pois as pessoas têm a ilusão de que possuem acesso gratuito à informação jornalística; e as receitas de publicidade, pois as gigantes da tecnologia se apropriam do grosso desse dinheiro. As empresas estrangeiras encontram as fronteiras abertas para atuar no mercado brasileiro, o que se constitui em um problema econômico e também político.

O que parecia ser, enfim, o reino da liberdade, da diversidade e a gratuidade, muito rapidamente também foi instrumentalizado pelo capital. E a produção jornalística, em vez de ganhar força, foi perdendo investimentos publicitários para os difusores de conteúdo, entre eles as chamadas redes sociais. Como regra do capitalismo, também na internet houve concentração de capital com a consequente eliminação de pequenos atores.

Na produção jornalística, centenas de publicações impressas – que durante décadas se sustentaram principalmente na publicidade e, secundariamente, na venda do produto ao público – sucumbiram, mesmo fazendo a transição da existência física para a virtual. Deixaram de existir principalmente as publicações das pequenas e médias cidades, que cumpriam o importante papel de fazer Jornalismo local. No Brasil, publicações tradicionais, de grandes cidades, também foram afetadas e algumas deixaram de existir até mesmo na versão *on line*.

Que a FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas denunciem o descumprimento, por parte das emissoras de rádio e TV, da legislação da radiodifusão, e exijam dos órgãos competentes a fiscalização do cumprimento da exigência de transmissão de 25% de programação jornalística ao dia, bem como da contratação de jornalistas para o cumprimento da exigência.

Além da crise do modelo de negócios do Jornalismo – para a qual não há uma única saída, mas caminhos diversos, incluindo o financiamento público – é inegável que existe também uma crise de credibilidade. Grande parte do público consumidor de informações, deixou de ter os veículos de comunicação que produzem Jornalismo como referência. A maior parte do público jovem



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

informa-se por meio das redes sociais, onde a informação jornalística é somente uma pequena parte do conteúdo veiculado.

Essa crise de credibilidade foi gerada pela nova cultura da informação via internet, mas também pela falta de qualidade do Jornalismo ofertado por muitas empresas de mídia. No Brasil, houve verdadeiro abandono do Jornalismo por parte das empresas hegemônicas, que passaram a instrumentalizar o Jornalismo para fazer oposição aos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma.

A desinformação e suas consequências para as sociedades democráticas, entretanto, reforçam a importância do Jornalismo. No Brasil e em países como os Estados Unidos, Hungria e Itália, a desinformação foi um dos fatores que levaram ao poder governos de ultradireita, que inclusive são assumidamente contra direitos humanos consagrados internacionalmente na Declaração Universal.

E desinformação se combate com informação. Se as mudanças tecnológicas apresentaram desafios significativos para a produção do Jornalismo, elas também apresentaram novas oportunidades para fortalecê-lo: o barateamento dos custos de produção (principalmente da veiculação) e o surgimento de novos formatos (portais, sites, blogs, canais de vídeo) para maior oferta de notícias/reportagens e a criação de experiências narrativas mais envolventes.

As novas tecnologias também favorecem ao atendimento de outra demanda: o desenvolvimento de coberturas hiperlocais, que produzam engajamento nas comunidades. Necessidade esta reforçada por um dado constrangedor: 70 milhões de brasileiros vivem no que foi classificado como “desertos de notícias”. A informação consta do estudo “Atlas da Notícia”, levantamento inédito, com base em jornalismo de dados.

O levantamento do “Atlas da Notícia” reforça a necessidade de desenvolvimento do mercado da comunicação, com mais investimentos em veículos impressos, de radiodifusão e *on line* fora dos grandes centros urbanos. Esse mercado é um dos que potencialmente podem ser financiados diretamente pelas comunidades, pela publicidade e pelo poder público local.

As novas tecnologias e o barateamento da produção jornalística reacendem também o debate sobre novos arranjos produtivos. Os profissionais, sobretudo os mais jovens, se sentem seduzidos pelas novas tecnologias comunicacionais. Essa sedução os faz ficar conectados ao trabalho quase que 24 horas por dia, aceitando com certa naturalização a superexploração, por meio da multifunção e o descumprindo da carga horária legal de trabalho.

É preciso, além do trabalho de defesa dos direitos dos jornalistas à carga horária diferenciada, a salários e condições de trabalho dignos, apontar outras possibilidades, como a criação de cooperativas de trabalho, ou organizações sem fins lucrativos, nas quais não se objetiva o lucro, mas a sustentação da produção e dos trabalhadores.

No âmbito das empresas de comunicação, as entidades sindicais têm de destacar a defesa das cláusulas de consciência em convenções e acordos coletivos, visando assegurar às(aos) jornalistas o direito de recusarem realizar ou se associar a matérias que contrariem sua apuração dos fatos ou violem sua consciência. Trata-se de condição fundamental para o exercício do jornalismo, que exige independência e responsabilidade da(o) jornalista.

Outro ponto importante é defesa de forma intransigente do direito à liberdade de expressão para a(o) jornalista. As empresas de comunicação, por sua natureza, impõem seu “poder diretivo” para dar direcionamento ao noticiário, de forma indiferente à opinião ou ponto de vista de seus profissionais. Mas, além disso, por meio de regras internas (normais, manuais, orientações de conduta), se arrogam ainda o direito de pretender proibir a liberdade de expressão de seus





# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:  
**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

jornalistas fora do horário de trabalho, em rede social, reuniões ou eventos públicos. Os sindicatos e a FENAJ combatem tal cerceamento à liberdade de expressão, que contraria a própria Constituição.

### **Segurança**

Uma das características do totalitarismo fascista e sua expressão como fenômeno mais comum é a radicalização de ações de violência, inclusive pelo uso de grupos paraestatais para ações de intimidação e repressão a profissionais de comunicação e à própria liberdade de expressão.

Os casos de agressões a jornalistas cresceram 36,36%, em 2018, em relação ao ano de 2017. Foram 135 ocorrências de violência - entre elas, um assassinato -, que vitimaram 227 profissionais. Os números do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2018 mostraram que esse incremento esteve diretamente relacionado à eleição presidencial e episódios associados a ela, como a condenação e prisão do ex-presidente Lula.

O crescimento da violência contra jornalistas é uma demonstração inequívoca de que grupos e segmentos da sociedade brasileira não toleram a divergência e a crítica e não têm apreço pela democracia. É preciso medidas urgentes por parte do poder público e das empresas de comunicação para garantir a integridade dos profissionais.

Entre as medidas defendidas pela FENAJ, estão a criação de um protocolo de atuação das polícias em manifestações públicas e a garantia, por parte das empresas de comunicação, de adoção de medidas mitigatórias dos riscos para cada situação específica.

O governo antipovo que ocupa o Palácio do Planalto é também o (des)governo que prega o ódio a jornalistas e conclama publicamente seus asseclas a ataques à categoria nas redes sociais e na internet em geral. O desrespeito à imprensa e à liberdade de expressão que já era visível durante a campanha eleitoral se cristalizou desde a posse presidencial até os discursos públicos e manifestações via Twitter – a rede de comunicação “oficial” de Bolsonaro e bolsonaristas de plantão.

Se foram as mentiras travestidas de notícias que nos trouxeram até aqui, só o Jornalismo pode apontar os caminhos para a retomada da democracia no Brasil. E Jornalismo só se faz com jornalistas, com profissionais que saibam a técnica e, acima de tudo, respeitem e pratiquem a ética da profissão.

### **Propostas de ações para a FENAJ e Sindicatos de Jornalistas**

1 – Defender a criação de leis que democratizem o acesso a verbas estatais de publicidade e de comunicação para a promoção de meios de comunicação alternativos, além de leis que proíbam acesso, parcerias ou captação de recursos por empresas de comunicação que descumpram acordos ou convenções coletivas de trabalho da categoria. Que os sindicatos defendam e articulem junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, apresentação de propostas de lei que democratizem o acesso a verbas estatais de publicidade para a promoção de meios de comunicação alternativos, além de leis que proíbam acesso, parcerias ou captação de recursos por empresas de comunicação que descumpram acordos ou convenções coletivas de trabalho da categoria.

2 – Defender a regulamentação de um sistema de comunicação tripartite (público estatal e privado) nos âmbitos federal, estadual e municipal.

3 – Defender a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) contra a extinção e a privatização, especialmente resistindo à fusão da TV Brasil com a NBR e a defesa dos demais veículos públicos.

4 – Estabelecer parcerias com os movimentos sociais para realização de oficinas, cursos e palestras sobre mídias sociais como ferramenta de mobilização; assessoria de imprensa de grupos e movimentos; jornalismo sindical, entre outros temas.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

- 5 – Incentivar que os Sindicatos criem nas suas sedes um espaço para exercício do Jornalismo, seja por meio de local compartilhado, acesso à internet e da biblioteca.
- 6 – Fomentar a criação de cooperativas de jornalistas e fomentar novos modelos de negócios no Jornalismo, assim como apresentar possibilidades de financiadores e investidores, com destaque para o desenvolvimento de startups e apoio à imprensa alternativa.
- 7 – Acompanhar, buscar formas de apoio e viabilização e divulgar estudos e dados sobre o futuro do jornalismo e o impacto nas relações de trabalho.
- 8 – Fomentar a capacitação da categoria para a produção de jornalismo online, de dados e investigativo, como forma de suprir a demanda social por produção de conteúdo regional qualificado.
- 9 – Promover debates, cursos, seminários, encontros e congressos sobre produção jornalística local e regional, com eventos acessíveis aos profissionais que atuam nas cidades do Interior.
- 10 – Construir uma rede de comunicação de âmbito nacional, pública e visibilizar a voz a quem não tem voz pela mídia oligopólica, a partir da iniciativa de entidades sindicais, movimentos sociais e populares, especialmente as que representam os jornalistas e demais profissionais de comunicação e, principalmente, fortalecer as redes já existentes.
- 11 – Promover campanha de apoio à manutenção da informação pública veiculada pelos diários oficiais brasileiros. Além da luta contra a aprovação da Medida Provisória 892, de 5 de agosto de 2019, que acaba com a obrigatoriedade de publicação de balanços das empresas em jornais, a FENAJ deverá articular a elaboração de um projeto de lei que recoloca a obrigatoriedade de publicação desses balanços nos diários oficiais dos Estados nos quais se situam as sedes das empresas.
- 12 – Que a FENAJ desenvolva junto com os sindicatos a base para um protocolo padrão de relacionamento com as forças do Estado na cobertura de manifestações.
- 13 – Que a FENAJ e sindicatos organizem um encontro nacional de trabalhadores da Comunicação Pública como forma de organizar a resistência e a defesa das empresas públicas e dos trabalhadores da comunicação pública.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### **Tese nº 4**

#### **Em defesa da formação superior específica e da regulamentação da profissão**

Em especial nos últimos anos, o cenário, sobretudo no Congresso Nacional, tem sido extremamente adverso às nossas lutas pela exigência e qualidade da formação superior específica em Jornalismo e por (re)conquistas e atualização da regulamentação da profissão. Na resistência, FENAJ e seus Sindicatos filiados têm mantido essas bandeiras, desenvolvendo diversas frentes de batalha pela regulamentação e qualidade da formação profissionais, planejadas a partir de constantes avaliações das ações mais adequadas e possíveis no âmbito desse cenário negativo.

Para a FENAJ e Sindicatos, as lutas pela formação, incluindo a obrigatoriedade do diploma, e pela regulamentação profissional sempre estiveram entrelaçadas e, assim, vêm sendo travadas. Ao mesmo tempo em que defendemos a atualização da legislação, não podemos deixar de participar da construção e da defesa da qualidade do ensino de jornalismo. Foi com essa compreensão que nos tornamos a única entidade do movimento sindical que ousou propor e formular um Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino de Jornalismo. Este programa foi constituído em debate com área acadêmica e a sociedade, inclusive com o empresariado da comunicação, obtendo apoio da Intercom, da ABEJ, SBPJor, entre outras entidades.

A exigência do diploma e a atualização da nossa regulamentação profissional não interessam apenas aos jornalistas, mas a toda a sociedade. Quaisquer desregulamentações ou não atualização da nossa legislação atingem nossos profissionais e estudantes e desrespeitam as identidades de cada área da Comunicação. Também ferem frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e compromisso ético, bases para a visibilidade pública dos fatos, versões e opiniões contemporâneas, em todos espaços onde se realize o Jornalismo, inclusive nas mídias, plataformas, redes sociais e demais novos formatos do universo da comunicação virtual.

A regulamentação da profissão de jornalista, assim, atende ao interesse público. É comum, para atacar o Jornalismo e a Comunicação, difundir-se que estabelecer regras de acesso à profissão de Jornalista é restringir a liberdade de expressão. Trata-se, na verdade, do contrário. A liberdade de expressão é um direito individual de cada cidadão, que não se realiza somente pelos meios de comunicação. O papel dos jornalistas é o de buscar a diversidade e a pluralidade de opiniões, desta forma garantindo, com o seu trabalho, a expressão dos indivíduos e dos grupos sociais constituídos.

Os jornalistas são guardiães da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa que, sistematicamente, são violadas por donos da mídia e governantes de plantão. No Brasil, empresários do setor são os que mais manipulam, deturpam e vetam informações, segundo seus interesses corporativos, que restringem a autonomia intelectual dos jornalistas e lhes impõem condições de trabalho adversas.

Mais recentemente, o governo brasileiro e seus representantes vêm aprofundando os ataques para desqualificar o papel dos jornalistas e do Jornalismo, retornando ao obscurantismo da censura estatal e judicial.

Resistindo a esses graves ataques à nossa profissão, sobretudo à nossa regulamentação, FENAJ e Sindicatos também continuam firmes na batalha pela qualidade do ensino de jornalismo. No âmbito da regulamentação, FENAJ e Sindicatos lideraram campanhas que garantiram as primeiras conquistas na retomada do diploma, como a aprovação, pelo Senado, em agosto de 2012, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restituiu a obrigatoriedade e também pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em novembro de 2013. Ao mesmo tempo, a





# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

Federação e seus Sindicatos, cumprindo seu histórico de envolvimento com a qualidade da formação, participaram ativamente da formulação das atuais Diretrizes Curriculares para o Jornalismo, que teve como uma das suas principais bases justamente o Programa de Qualidade de Ensino, e da implantação do estágio curricular, conforme exigência aprovada nas Diretrizes.

A proposta de regulamento do estágio curricular, desenvolvida em conjunto pela FENAJ e ABEJ (Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo, antigo Fórum de Professores), também baseou a formulação e implementação dos programas específicos na maioria dos cursos de Jornalismo do país. E especialmente por meio dos Sindicatos, vem sendo feito o acompanhamento da formação das primeiras turmas sob as atuais DCN, com a realização do estágio obrigatório supervisionado.

Diante dessa breve contextualização do cenário da regulamentação profissional e da qualidade da formação, a FENAJ e seus Sindicatos entendem ser preciso que a categoria continue sua histórica trajetória de envolvimento com a busca de melhorias na educação do país, especialmente na relativa à comunicação e ao Jornalismo. Também que avance nas iniciativas para a atualização da regulamentação profissional, incluindo a volta de uma das suas bases, a exigência do diploma em curso superior específico.

### **Propostas de ações para a FENAJ e Sindicatos de Jornalistas**

1 – Realização de um seminário de atualização do Programa de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo, sendo que datas, formato e local devem ser definidos pela Diretoria Executiva da FENAJ em conjunto com o Departamento de Educação, Sindicato e instituições universitárias que se disponibilizarem a sediar o evento.

2 – Atualização do documento “ORIENTAÇÕES GERAIS PARA CONSTRUÇÃO DE REGULAMENTOS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM JORNALISMO”, construído pela FENAJ e FNPJ/ABEJ em 2015, durante a implantação dos novos currículos pelos Cursos de Jornalismo do país, em adequação as então novas DCN. Que a Diretoria Executiva da FENAJ e o Departamento de Educação definam, em conjunto com a ABEJ, uma nova comissão para a atualização do documento, acolhendo, assim, a proposta neste sentido aprovada no último Encontro Nacional de Professores de Jornalismo.

3 – A Diretoria da FENAJ, em conjunto sobretudo com seu Departamento de Educação, deve avaliar a conjuntura no Congresso e o melhor momento para a retomada da campanha para o prosseguimento da tramitação da PEC 206/2012 na Câmara e sua aprovação.

4 – Ao mesmo tempo, deve organizar o plano para a retomada da campanha e seu cronograma, com a formação de um novo Grupo de Trabalho Nacional sob a liderança do Departamento de Educação e de GTs estaduais/locais em cada um dos Sindicatos.

5 – Incentivar a realização de estudos em nível de graduação e pós-graduação sobre mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas de modo a montar um banco de dados de apoio aos sindicatos e à FENAJ.

6 – Os Sindicatos devem denunciar às Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego as irregularidades na implementação do estágio não obrigatório, observando práticas de utilização de estudantes como trabalho não remunerado e em substituição a profissionais.

7 – Formar um grupo de trabalho no interior da FENAJ para formular regras de concessão do registro profissional, a serem submetidas a instâncias da federação, para vigorarem enquanto não se reconquista a regulamentação com base no diploma.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

- 8 – Que os sindicatos busquem incluir nas suas CCTs cláusulas que regulamentem o estágio e limitem o número de estagiários de acordo com a quantidade de jornalistas contratados pela empresa e não o total de trabalhadores empregados, a exemplo da cláusula do Sindicato do Paraná.
- 9 – A FENAJ e os sindicatos dos jornalistas posicionam-se contra o ensino de Jornalismo na modalidade educação a distância (EaD). A FENAJ deve elaborar documento a ser discutido com as entidades do campo acadêmico do Jornalismo, e encaminhado ao Ministério da Educação, com os fundamentos e justificativas para reivindicar o fim do ensino de Jornalismo na modalidade EaD.
- 10 – A FENAJ e os sindicatos dos jornalistas reiteram posição, expressa durante a discussão das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Jornalismo, contrária à implementação do estágio obrigatório. A FENAJ, em parceria com as entidades do campo acadêmico do Jornalismo, realizará levantamento nacional sobre a implementação do estágio obrigatório nos cursos de Jornalismo e promoverá seminário nacional de avaliação e construção de proposta a ser encaminhada às autoridades competentes.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

REALIZAÇÃO:  
**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:  
**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### Teses avulsas aprovadas

- Recomendar e incentivar os Sindicatos filiados que seus associados participem do Prêmio Nacional de Jornalismo Ambiental Chico Mendes.
- Formação de um grupo de discussão no próximo Conselho de Representantes, com vistas à discussão sobre mudanças no Estatuto da FENAJ.

### • Enfrentar a realidade do mercado de trabalho na assessoria de imprensa

A assessoria de imprensa, seja ela pública, privada ou no terceiro setor, é a área que mais cresce no campo da Comunicação e, ao mesmo tempo, tem se tornado uma das atividades mais precarizadas. É fato que os sindicatos encontram muitas dificuldades para atuar nessa área, visto que o trabalhador em assessoria de imprensa não se encontra apenas em grandes e médias agências de comunicação, mas muitos em agências próprias – as conhecidas *(eu)gências* –, outros tantos em repartições de diversos setores do poder público e em empresas privadas de outros ramos da economia, locais a que os sindicatos de jornalistas pouco têm acesso.

Outro fator importante que implica em mudança substancial nessa área é que as transformações tecnológicas, em especial aquelas relacionadas à Comunicação, atingem em cheio a assessoria de imprensa, que não mais está restrita ao atendimento à imprensa. O trabalho da assessoria de imprensa é realizado por meios próprios e em redes sociais, e implica em uma gama imensa de atividades, tais como filmar, fotografar, editar vídeos, monitorar redes, entre tantas.

A tese apresentada no 37º Congresso Nacional dos Jornalistas pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo já dizia que “as empresas entenderam a importância e a necessidade de contratar jornalistas assessores, para poderem ter um retorno e uma imagem melhor perante o seu público alvo e, por que não, também na opinião pública”. Agora falta os sindicatos dos jornalistas se adequarem a essa realidade para poderem representar esses trabalhadores.

A postura assumida pelo Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco), de não renovar os acordos coletivos e não reconhecer a necessidade de ter jornalistas profissionais nos seus quadros de trabalhadores, é um desafio que a FENAJ precisa enfrentar para garantir aos sindicatos a representação desses profissionais. O Sinco é uma entidade nacional, seus filiados são empresas de comunicação com sedes em várias regiões do país e a sua diretoria tem participado de negociações em vários estados, portanto é factível que lutemos para conseguir o restabelecimento de negociação.

Além de lutar para voltar a garantir convenção coletiva de trabalho aos profissionais de agências de assessoria de imprensa, a FENAJ precisa estabelecer caminhos para os sindicatos representarem de fato os assessores de imprensa que estão nos órgãos públicos, nas empresas de outros ramos da economia e os que por imposição do mercado foram obrigados a se transformar em microempresas.

Hoje, os profissionais em assessoria de imprensa em todos esses campos de trabalho enfrentam cargas horárias desumanas, salários abaixo do piso, direitos precários, terceirização e pejotização elevadas.

A FENAJ precisa enfrentar essa realidade e dar respostas a nossa categoria.

### Propostas:





# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

- 1 – A FENAJ deve retomar a negociação com o Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco), visando uma negociação nacional, que leve em conta as diferentes realidades regionais e com a qual possamos ter melhores condições e avanços na convenção coletiva da categoria.
- 2 – A FENAJ deve formular, por meio de amplo debate, orientações para os sindicatos filiados representarem de fato, com convenção ou acordo coletivo de trabalho, os jornalistas em assessoria de imprensa nos órgãos públicos e empresas dos diversos setores da economia.
- 3 – A FENAJ deve promover debate para definir as formas de os sindicatos representarem os assessores de imprensa que são autônomos.
- 4 – Reivindicar a representação dos jornalistas que desempenham as diversas funções criadas pelas novas tecnologias da comunicação e que são parte constante dos afazeres dos assessores de imprensa.
- 5 – Os sindicatos devem oferecer aos seus sindicalizados cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, paralelamente às lutas que serão implementadas para restabelecer o diálogo e as negociações.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

## 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

### **Sugestões encaminhadas pelo 38º Congresso Nacional de Jornalistas à Comissão Nacional de Ética**

- Criar fóruns e fomentar formas de trocas de experiências entre as comissões estaduais de ética, com a realização de eventos periódicos via internet.
- Ampla divulgação do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros para a categoria e para a sociedade – que, afinal, pode e deve cobrar seu cumprimento à categoria. Buscar parcerias junto ao Ministério Público nos estados.
- Fazer campanha de popularização de seu conteúdo junto às redes sociais, utilizando cards temáticos.
- Que a FENAJ pautar, em todos os seus eventos de caráter nacional, pelo menos um grupo de trabalho ou reunião específica para representantes da Comissão de Ética e da CNE.
- Que os sindicatos filiados ajustem suas comissões de ética tendo como base o Regimento Interno aprovado pela Comissão Nacional de Ética em sua última gestão.
- A Comissão Nacional de Ética deve auxiliar e orientar os procedimentos das comissões estaduais para uma atuação unificada e em consonância com a CN e o Código de Ética.
- Colaborar com o jornalismo comunitário na formação ética e técnica.



# 38º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS 22 A 24 DE AGOSTO - FORTALEZA/CE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO:

**Sindjorce**  
Sindicato dos Jornalistas no Ceará

## **Moção apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas ao Congresso da FIJ**

### **Em defesa da democracia e da justiça no Brasil! Lula Livre!**

O Congresso Mundial da Federação Internacional dos Jornalistas, reunido em Túnis, de 11 a 14 de junho de 2019,

Considerando que o ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva está preso desde 7 de abril de 2018 e que sua condenação deu-se sem provas que fundamentassem a decisão, baseada sobretudo em “delações premiadas”, obtidas de acusados presos e pressionados a implicar Lula.

Considerando que o processo contra Lula correu em prazo excepcionalmente curto, fora do padrão da Justiça brasileira, com o propósito evidente de impedir sua candidatura de à Presidência da República, nas eleições realizadas em 2018.

Destacando o fato de que o juiz Sérgio Moro, que conduziu o julgamento de Lula em primeira instância e é o principal responsável pela prisão do ex-presidente, passou a integrar, desde 1º de janeiro de 2018, como ministro da Justiça, o governo de Jair Bolsonaro, candidato diretamente beneficiado pela decisão judicial de condenar Lula.

Destacando que provas da parcialidade e de ação ilegal do ex-juiz Sérgio Moro vieram a público em 9 de junho de 2019, e ainda mais

Constatando que, enquanto a sentença condenatória de Lula persistir, a democracia não poderá ser plena no Brasil.

Apoia as entidades e os movimentos sociais brasileiros que denunciam que Lula é, a bem da verdade, um preso político.

Pronuncia-se pela soltura imediata do ex-presidente Lula e pela revisão dos processos condenatórios, com apreciação correta de provas e amplo espaço de defesa. O povo brasileiro tem o direito de decidir livremente sobre seu país e seu destino. Lula Livre!